

O trabalho invisível do cuidado e a emancipação das mulheres no cerne da discussão lactivista: notas sobre amamentação e direitos sexuais e reprodutivos¹

Raquel Vieira de Castro Braga – UnB/DF

Palavras-chave: maternidade, amamentação, lactivismo.

Introdução: qualificando a amamentação como trabalho

Este trabalho, derivado da minha dissertação de mestrado (Braga, 2021), nasce em pleno agosto (dourado: o mês dedicado à promoção da amamentação, encabeçado anualmente pela Semana Mundial de Aleitamento Materno, neste ano com o tema “Fortalecer a amamentação educando e apoiando”²).

Entre o domínio do amor – que se pode remeter à “ética do cuidado” que arrisca alimentar uma ideia essencialista sobre a mulher enquanto cuidadora nata e abnegada (Molinier, 2004) – e o domínio dos imperativos da manutenção da saúde: uma miríade de questões políticas emerge deste campo de estudo, que defino como constituído pelos vínculos e limites entre a amamentação e o feminismo. Para situá-lo, comecei pela compreensão da maternidade como prática e como instituição ligada a determinadas ideologias (Rich, 1986), conformando um palco de disputa para conceitos tão fundantes quanto complexos – mãe, mulher, maternidade, trabalho, cuidado.

O aprofundamento teórico foi precedido por uma experiência pessoal enquanto mãe solo, lactante de gêmeos, doula e depois pesquisadora do ativismo de mulheres, instigada pela politização do privado/pessoal/doméstico, aquele âmbito tradicionalmente designado às mulheres, enquanto parte de seu papel supostamente nato de criar vida, cuidar, ser casa, fazer lar. Encontrei na mobilização política de mulheres, a partir de sua atuação no ativismo nas redes sociais, terreno fértil para a compreensão de como vêm

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

² “A SMAM é uma campanha global para aumentar a conscientização e estimular ações relacionadas ao aleitamento materno. Ela é celebrada de 1 a 7 de agosto, em comemoração à Declaração de Innocenti de 1990, e começou em 1992 com temas anuais, incluindo sistemas de saúde, mulheres e trabalho, o Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno, apoio comunitário, ecologia, economia, ciência, educação e direitos humanos. Desde 2016, a SMAM está alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – denominada de campanha SMAM-ODS. Em 2018, uma resolução da Assembleia Mundial da Saúde endossou a SMAM como uma importante estratégia de promoção da amamentação. A WABA coordena a campanha global da Semana Mundial de Aleitamento Materno (SMAM), que visa informar, ancorar, engajar e estimular ações sobre amamentação e questões relacionadas.” Em: www.ibfan.org.br

sendo reconstruídos significados em torno do ser mãe e da luta por direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, ancorados na experiência.

O movimento lactivista, que segundo Massó Guijarro (2015a) nasce em 2006, ao buscar promover, apoiar e normalizar a lactância, tem pretensões que o caracterizam enquanto descolonização epistemológica.

Se vindica la práctica de la lactancia (a través del lactivismo) en su dimensión de movimiento social porque, como afirma Mignolo, “No somos porque pensamos, somos donde pensamos”, en esa desobediencia epistémica tan amigable al lactivismo, que desacata la epistemología patriarcal en la lectura y consecuencias de la lactancia, y reclama una comprensión descolonizada de sí misma. Todo conocimiento es situado, y situado no solamente en un espacio geográfico sino, esencialmente, temporal y corporal; es corpopolítica y es geopolítica, siguiendo a Mignolo. (Massó Guijarro, 2015c)

A amamentação é assunto de saúde pública, pauta feminista pouco abordada e, ainda, um amálgama de práticas e significados conjugados entre natureza e técnica, corpo e mente, mulher e criança, e mais um punhado de dicotomias que a conformam enquanto ensejo antropológico rico para reflexões sobre sexualidade, trabalho e gênero. Em minha observação de imagens, textos e discussões dadas entre 11 perfis de ativistas brasileiras³ no Instagram, entre 2019 e 2022, pude acumular grande repertório de associações entre a prática das mulheres, seus discursos e perspectivas teóricas sobre o trabalho feminino, a sexualidade, a reprodução e a política construída em torno da experiência da amamentação. Argumento que, a partir do lactivismo – ativismo pela amamentação –, tais mulheres tecem relações entre sua prática enquanto lactantes e a desigualdade de direitos imposta às mulheres de forma abrangente, construindo narrativas sobre maternidade, subjetividade e direitos.

Busco aqui, como continuidade dos achados da dissertação de mestrado (Braga, 2021), aproximações e distanciamentos possíveis entre teoria feminista, teoria antropológica e o engajamento político engendrado pelas ativistas. As lactivistas questionam prescrições e imperativos morais do sistema vigente, refletindo sobre

³ Gostaria de agradecer às interlocutoras e lactivistas: Clarissa Almeida, Daniela Brum, Maria Gabrielli, Gabrielle Gimenez, Veronica Linder, Luise Monteiro, Amanda Oliveira, Andressa Reis, Clarissa Roldi, Viviane Sobrinho e Lian Tai.

modelos “ideais” normativos de práticas relacionadas ao trabalho reprodutivo e do cuidado, contribuindo para a discussão mais ampla sobre direitos sexuais e reprodutivos, uma vez que reivindicam autonomia para conduzir suas práticas. Sua proposta acentua a necessidade de pensar o cuidado e a amamentação em nossa sociedade sob um viés anticolonialista e antipatriarcal, a partir de um esforço por visibilizar o trabalho exercido pelas mulheres.

A luta das mulheres pelo reconhecimento de suas práticas questiona a tradicional divisão sexual do trabalho, caracterizada por Mies (1986) e Hirata e Kergoat (2007). Em seu discurso, as ativistas refletem sobre o paradigma teórico pessoal/privado/doméstico vs. público/político, que, presente na teoria feminista há décadas, ora se atualiza através de desafios pendentes sobre a reprodução e a garantia de direitos às mulheres, tensionando o ideário de normatividade ligado à família nuclear patriarcal ocidental e os valores morais relativos à maternidade e ao cuidado.

Ao identificar seus desafios – pessoais e coletivos – rastreando-os ao sistema produtivo capitalista e a como este impõe construções ideológicas sobre o corpo feminino e a maternidade, operam uma politização do cuidado e um questionamento sobre autonomia no que tange corpos e práticas das mulheres. Que tipo de autonomia e que tipo de escolha estão em jogo para que uma mulher amamente?

Durante a pesquisa, pude observar nas redes sociais a intensificação dos diálogos e embates virtuais, em virtude da pandemia de covid-19, ao longo de 2020 e 2021, posto o confinamento e a agudização da responsabilização familiar pelos cuidados de menores e idosos, o que tipicamente se traduz em uma responsabilidade aumentada para as mulheres (Batthyány, 2020). Em estudo sobre cuidados não-remunerados no Uruguai, Batthyány (2017) demonstra o impacto que a sobrecarga de cuidado tem nas trajetórias laborais das mulheres, e, por consequência, em sua autonomia econômica. Assim, comprova a existência de um custo para o exercício de direitos por parte de quem exerce as atividades de cuidado – majoritariamente, mulheres. O debate sobre a crise do cuidado e sobre a evidência da sobrecarga feminina pelo estrangulamento do doméstico

foi objeto de pesquisa para muitas cientistas sociais e pesquisadoras da saúde pela perspectiva crítica de gênero⁴.

As lactivistas, ao defender o que chamam de “cultura da amamentação”, denunciam os prejuízos ligados à “cultura do desmame” dominante, presente em múltiplas – e aparentemente inofensivas – práticas, crenças e hábitos que acabam por minar a autonomia das mulheres e seu “poder de escolha”. Em minha investigação, proponho refletir sobre em que consiste a autonomia para as mulheres numa sociedade patriarcal, sob o jugo da falta de apoio institucional, falta de educação sexual, não regulamentação do direito ao aborto, bem como considerando a imperatividade da maternidade compulsória e o sistema exploratório capitalista em crise.

A romantização da maternidade é o que torna o trabalho das mães invisível, ignorando sua importância econômica e pintando tudo como “vocação natural”. O processo que transformou o TRABALHO materno (não só materno, feminino) em NÃO TRABALHO é o mesmo que transforma o corpo da mulher em propriedade – se o trabalho que ela exerce no lar NÃO é um trabalho, ele funciona quase como um recurso natural, que todos tem acesso. No fim das contas, é sempre sobre o controle dos nossos corpos. (Clarissa Almeida, Instagram, 22/01/21)

Ao reivindicar a amamentação enquanto trabalho do cuidado, o discurso das lactivistas dialoga com teorias feministas sobre a economia do cuidado, o cuidado enquanto essencial para a reprodução social e a necessidade de ressignificar a conceitualização sobre o que é trabalho. “Mas falar em termos de divisão sexual do trabalho é ir mais além de uma simples constatação de desigualdades: é articular a descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza a diferenciação para hierarquizar essas atividades.” (Kergoat, 2009). Ainda, a divisão sexual do trabalho marca a opressão imposta às mulheres: “a exploração do seu trabalho na esfera doméstica permanece e pode ser compreendida como um dos fundamentos – entendendo que o principal – da dominação de gênero” (Biroli, 2015).

⁴ Ver Dossiê Gênero, Cuidado & COVID-19, Revista Pós - Revista da Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade de Brasília, vol. 17 n° 1, 2022. Organizado por Rosamaria Giatti Carneiro (UnB); Raquel Vieira Braga (UnB); Luciana Rodrigues Callado (UFPB); Amanda Bartolomeu, (UnB); Milena Batista (UnB).

Por que defender a amamentação não é determinismo biológico

A defesa da amamentação enquanto prática “natural” e a argumentação das ativistas com base em “evidências científicas” trata de uma reapropriação do discurso médico autoritativo e do questionamento de crenças e julgamentos morais que são reificados popularmente de forma a desencorajar o aleitamento. Médicos desencorajam mulheres promovendo estereótipos nocivos e informações sem base real, como o mito do “leite fraco” ou a banalização dos apetrechos (mamadeiras, chupetas) e fórmulas infantis. Não se trata de evocar o determinismo biológico de forma irrefletida, nem de ignorar questões sociais que dizem respeito à desigualdade de gênero, classe e raça, como constata Alzuguir e Nucci (2015) em sua pesquisa sobre uma rede social de mães, em que a disputa entre o natural e o cultural parece produzir um tipo de paradoxo ou dicotomia hierárquica inane às condições que o feminismo de fato busca combater.

O aspecto “natural” da amamentação aqui é evocado com o intuito de normalizar a prática enquanto algo que diz respeito à fisiologia humana, algo que deveria pertencer à ordem do comum, que não se deve censurar (embora a censura aconteça, tanto em espaços públicos, apesar da proteção prevista em lei, quanto no espaço virtual), mas visibilizar, através da politização de um ato íntimo, porém que não precisa se restringir ao domínio privado. A reivindicação por ocupar espaços livremente se associa aqui à reivindicação pelo reconhecimento do amamentar enquanto trabalho, integrado ao trabalho reprodutivo, do cuidado e de manutenção da vida.

Pro leite sair do peito, ele primeiro precisa nascer na nossa cabeça. Não se deixe intimidar pelo discurso do leite fraco que não sustenta, do bebê que só chora de fome, da mamadeira salvadora no fim do dia. Estude, se prepare, busque ajuda, se entregue, mas, principalmente, confie em você mesma. (Ativista Gabrielle Gimenez, Instagram, 16/11/21)

Em consonância com outras manifestações de cunho feminista, a luta é por não restringir práticas tipicamente femininas ao âmbito doméstico. A insistência das ativistas em falar sobre as evidências científicas favoráveis à amamentação se ancora na necessidade de dissolver alguns estigmas morais negativos popularmente difundidos (“essa criança está grande demais para mamar”, “ele vai ficar dependente”, “seu leite não está sustentando”) e conferir legitimidade ao discurso pró-aleitamento, o que não é um paradoxo, mas uma reapropriação do conhecimento científico e uma busca por

construir seus próprios significados para suas práticas, reconciliando âmbitos da vida humana complexos, em disputa quando conjugados na experiência específica do maternar. Amamentar é natural, mas não é inato: há técnicas, há crenças e interesses em disputa; é lutar contra um sistema de produção que desfavorece a prática, ao promover ideologias neoliberais e individualistas sobre o cuidado. Amamentar é fisiológico, mas permeado por dilemas culturais e políticos, muitos das quais são rastreáveis à vigência de uma estrutura de produção capitalista e patriarcal.

Para Alzuguir e Nucci (2015), o ativismo pela defesa da humanização do parto e da amamentação está ancorado em um determinismo biológico, potencialmente perpetuante de relações desiguais de gênero, sendo necessária uma reflexão crítica sobre a noção de natureza aplicada em questão. Em meu campo, encontrei o nó que leva a trama mais além, evidenciando a potência política do ativismo materno, pois as lactivistas problematizam a escassez de políticas públicas de apoio a mães, bem como as noções idealizadas de maternidade, de mulher, e a desvalorização do trabalho do cuidado. O que poderia ser caracterizado por uma excessiva sacralização, romantização ou idealização da prática é complexificado no próprio discurso de várias das ativistas, que se contrabalança ao afirmar: *amamentar não é amor*.

Amamentar não é sobre amor, é sobre saúde pública. (Ativista Maria Gabrielli, Instagram, 02/08/21)

Como argumenta Tempesta (2018) em sua investigação sobre a atuação das doulas, a reivindicação de um conhecimento autoritativo e a articulação entre os domínios simbólicos *natureza* e *cultura* constituem um embaralhamento de fronteiras entre elementos comumente atribuídos de forma estanque, além de compor “uma estratégia discursiva original para legitimar, em meio a um campo de disputas simbólicas, políticas e institucionais, um modo de pensar e agir diferenciado”.

Em outro artigo, pelas autoras Dieguez, Alzuguir e Nucci (2021), sobre os movimentos em prol da ginecologia natural e a forte presença do tema no mundo virtual, mais paralelos e pontos de discussão aparecem sobre a sexualidade feminina em debate. O ideário referenciado por tais movimentos pretende um conhecimento contra-hegemônico, que questionaria as abordagens biomédicas convencionais dominantes à saúde da mulher, a fim de promover uma maior autonomia das mulheres sobre seus corpos. Tal como busca o referido “ciberativismo menstrual” despatologizar e valorizar

a menstruação, sendo o sangue assemelhado a ouro, o lactivismo busca também a positivação dos valores associados ao corpo feminino, sendo comum a terminologia “ouro líquido” para o leite materno. Tal como é reconhecida a ginecologia natural enquanto oposição ao pensamento colonizador e ao neoliberalismo, o lactivismo também encontra, no campo estudado, lugar de luta contra a subjugação dos corpos de mulheres.

Para Carneiro (2019), o debate virtual sobre a experiência materna que problematiza o ideal da chamada maternidade consciente, ora associada à ofensiva naturalista e à maternidade intensiva ou ecológica (criticada por Badinter, 2011; Meruane, 2018; Gimeno, 2018), talvez esteja mais próximo da discussão sobre o trabalho das mulheres não reconhecido, o trabalho doméstico e reprodutivo não remunerado, no rastro de Federici, Mies (1986), indicando um vínculo muito mais profundo com a política e com a produção econômica.

Casa e política feita a partir do íntimo

Thus, as women begin to claim full humanity, a primary question concerns the meaning of power. In the move from powerlessness, toward what are we moving? The one aspect in which most women have felt their own power in the patriarchal sense – authority over and control of another – has been motherhood; and even this aspect as we shall see, has been wrenched and manipulated to male control. (Rich, 1986, p. 67)

A ideia da casa/lar/home, como debatida por Carneiro (2021) enquanto lugar do qual se faz política a partir do íntimo, evidenciada na investigação feita com mulheres mães e sua reivindicação por partos respeitosos, encontra ecos aqui na reivindicação de mulheres por amamentar à própria discrição. A associação entre mulher e casa se inscreve num debate maior, ligado tanto à simbologia histórica da mulher como natureza, como criadora da vida, como representação corporificada do conceito de lar, quanto à instituição do doméstico/privado enquanto domínio feminino em oposição ao universo do trabalho remunerado público. Uma vez que as mulheres do movimento em defesa da amamentação defendem o trabalho enquanto cuidado e a amamentação enquanto trabalho, para compreendê-lo é preciso transpor fronteiras como essas, repensando o significado de trabalho e dos desafios que enfrenta a luta das mulheres por direitos sexuais e reprodutivos efetivos.

De fato, para romper com a dicotomia hierarquizante entre trabalho reprodutivo e trabalho produtivo, é preciso uma nova concepção sobre o trabalho das mulheres. É o que pretende a valorização da amamentação dentro do campo político e econômico, ressaltando seu potencial transformador. É nesse sentido que se reivindica a lactância humana como um ato de soberania alimentar nos movimentos pró-amamentação e nos movimentos feministas vinculados à ecologia (Ausona Bieto et al, 2017). (Braga, 2021)

Para entender a complexidade da ideia de lar aqui presente, evoco o debate proposto por Young sobre os significados ligados à mulher como mantenedora da vida e representação corporificada do conceito de lar (ver Young, 2005), -- o que também exige nosso olhar para o privilégio de classe e de raça. Reconhecendo a importância da crítica à teoria feminista branca (ocidental), é necessária também situar postulações feministas de expressiva reverberação, como aquelas sobre o sentido depreciativo incorporado às ideias de lar, maternidade e domesticidade.

Conforme as ponderações de Iris Young, “If house and home mean the confinement of women for the sake of nourishing male projects, the feminists have good reason to reject home as a value. But it is difficult even for feminists to exorcise a positive valence to the idea of home. (...) House and home are deeply ambivalent values.” (Young, 2005). Não surpreende tal ambivalência, que, nos dados de campo, é componente de praticamente todas as discussões sobre a amamentação e mesmo sobre a maternidade em geral. No contexto das lactivistas, o lar é a materialização dessa ambivalência.

O valor potencial criativo do lar, aqui, é representado por uma forma de criação a partir do corpo e da experiência, além de reflexão política, não antecipada por Beauvoir, e recusada ainda hoje por algumas feministas, para quem a associação ao lar é sinônimo de restrição e opressão. A dependência do bebê em relação à mãe por razão da amamentação encontra muitas críticas de base feminista, seja restringindo a prática a classes abastadas (o que aprofundarei adiante), seja avultando o imperativo feminista liberal “*meu corpo minhas regras*”. Argumentações que buscam associar o estar em casa e amamentar a privilégio precisam lembrar que a saúde reprodutiva das mulheres e a criação de crianças são ambas desprezadas na economia política vigente, que Young descreve como sendo, de fato, característica de um *man's world*, um universo

masculinista que desconsidera a importância da preservação e da manutenção da vida, o que é notável, por exemplo, na crescente indústria de ultraprocessados alimentícios – outro ponto de debate em diálogo com o lactivismo, crítico da precarização nutricional.

Longe de advogar por um conceito de lar nostálgico representado pela mulher abnegada que é a própria ideologia masculinista, ou de defender um ideal consumista que comodificaria o lar e seu valor enquanto propriedade privada, o que encontramos na perspectiva das mulheres lactivistas é a politização da criação de crianças, que foca não a conjugalidade enquanto conformadora da mulher (papel de esposa de um marido), mas a filiação (papel de mãe) no contexto da parentalidade, e a responsabilidade política pela saúde global das crianças e mulheres e, em segunda instância, o reconhecimento da insuficiência de políticas efetivas de apoio às mães para que exerçam sua plena cidadania.

O que elas pretendem ao reivindicar a visibilidade de seu trabalho é uma forma de questionar a associação natural da domesticidade à mulher ao apontar as contradições flagrantes nas expectativas ditadas às mulheres em suas trajetórias face ao cuidado infantil como é na realidade. A desvalorização do trabalho reprodutivo e doméstico é uma questão abordada por elas como responsável pela invisibilização e consequente subordinação das mulheres, o que ressoa com as considerações de Young; “Equality for women, then, requires reevaluation of the private and public work of the preservation of meaningful things, and degendering these activities.” (Young, 2005). Podendo, assim, o lar operar como alavanca para crítica social radical.

Autonomia no sentido aqui adotado não se restringe à concepção liberal que isenta a proteção social dos direitos, nem se refere à mera volição enquanto desejo individual. Diz respeito a estruturas ideológicas e contratos geracionais que delineiam expectativas e possibilidades para o repertório materno. A preocupação do movimento com a comodificação (*commodification*) ou mercadorização de práticas que se pretendem críticas de um sistema dominante é digna de atenção. Criam-se cursos e consultorias para suprir a lacuna existente no atendimento às lactantes, sobre o manejo técnico da amamentação e seus inegáveis aspectos subjetivos. Constitui-se um campo de estudos interdisciplinar e de caudalosa navegação, em que as mulheres puérperas se deparam com abordagens conflitantes. Portanto, o clamor das ativistas por difundir informações que visem a possibilidade de uma *escolha informada* ou *consciente* por parte das mulheres, apesar de constituir um passo rumo à apropriação das práticas que

se dão em seus corpos, encontra limitações de ordem estrutural, posta a delicadeza de definir realmente o alcance da “autonomia”, a não ser contestando seus significados no universo liberal, capitalista e patriarcal vigente.

Quando falo sobre o valor da amamentação, falo contra uma indústria que lucra milhões vendendo medo e mentira, dizendo que o leite que você produz não é bom o suficiente. [...] É para que você, mãe, tenha acesso a informações para poder fazer a SUA escolha. É para que mães que não tem a possibilidade de fazer certas escolhas tenham um dia políticas públicas que lhe favoreçam, afinal, elas só são possíveis quando a sociedade reconhece o valor de suas demandas. (Ativista Lian, em postagem de Veronica Linder, 10/11/20)

A “questão da escolha” (*elección*) também remete a uma liberdade de escolha em que a sujeita feminina se sinta totalmente responsável por suas decisões e pelas consequências das mesmas (Calafell Sala, 2017, p. 147). O “mito da livre escolha” diz respeito à falsa crença de que, ao decidir o que fazer com seu corpo (dar o peito ou a mamadeira, por exemplo), isso as torna tanto ou mais livres e iguais aos homens, quando na realidade mais as escraviza, diante de um discurso patriarcal em que o corpo da mulher é tido como mercadoria, ou em que toda presumida escolha é transformada em oportunidade de lucro e controle. Sobre a retórica da escolha, ver ainda Hausman (2008), Smith (2008) e Calafell Sala (2017).

Dicho de otra manera, la mujer y su defensa de la libre elección se convierten, en estos contextos, en el recurso más eficaz para difundir, reiterar y objetualizar la ideología neoliberal, pues la imagen de sua liberación no es más que el reflejo del subjetivismo, del autoconstructivismo y de los diferentes dispositivos que, como el de eficacia o el de rendimiento/goce, fundamentan las bases para la construcción neoliberal de las subjetividades (Laval y Dardot, 2013). [...] Sólo entendiendo que las identidades subjetivas son el producto de varias tecnologías – entre las cuales se encontraría la de género (De Lauretis, 2000) – y sólo aceptando que todos aquellos discursos que nos rodean están orientados a imponer sus consignas (Foucault, 2008) y modelos de mundo (Asensi, 2011), podremos realmente encarar discusiones en torno

a la maternidad, las nuevas formas de parentesco, el cuerpo y un largo etcétera. (Calafell Sala, 2017, p. 149)

Nos rastros de Tempesta e França (2021), que escrevem sobre a pedagogia reprodutiva contra-hegemônica representada pelos movimentos de mulheres contra a violência obstétrica, afirmo que as lactivistas lutam contra um problema sistêmico e multifacetado, o qual requer soluções igualmente sistêmicas e multifacetadas, desde como se compreendem em nossa sociedade as ideias de corpo feminino, mulher, maternidade, trabalho, escolha e autonomia. Amamentar é natural, *mas não é de graça*. Segundo a ativista Veronica Linder (Instagram, 22/08/22), o custo envolve uma multiplicidade de fatores, muitos dos quais não são monetários, e muitos dos quais pertencentes a problemas sociais mais amplos.

O questionamento do sistema produtivo e da responsabilização individual e privada pelo cuidado (a ideologia familista de cuidados que se traduz em sobrecarga feminina) tão presente no discurso das ativistas é uma pauta defendida por teóricas feministas defensoras de uma economia feminista do cuidado, como descreve a economista e antropóloga Natalia Quiroga Diaz (2011):

Pensar el cuidado desde la política pública significa también el alcance de una reivindicación histórica del feminismo, vinculada con el reconocimiento de las actividades domésticas y de cuidado como trabajo. Desde la economía feminista se ha venido insistiendo en que el trabajo reproductivo es una parte fundamental del funcionamiento de la economía y, por tanto, un problema de la esfera pública y no de los hogares. (Quiroga Diaz, 2011, p. 106)

Para Araujo (2018), tal esforço de mudança paradigmática exige uma observação atenta das relações de poder envolvidas.

Tal como entendo, para adotar uma perspectiva interseccional não basta dizer que o trabalho de cuidado é exercido prioritariamente por setores “subalternos” ou “subordinados”, mas mostrar como diferentes estruturas de opressão e dominação impactam a realização do cuidado. (...) Isto implica pensar como aos diferentes regimes de cuidado correspondem diferentes relações de poder e de afeto entre cuidadores e pessoas cuidadas. Se a ética do cuidado por vezes obscurece as desigualdades

sociais e as desigualdades entre as mulheres em nome da valorização de uma “ética feminina”, é preciso levá-las ao centro da análise. (Araujo, 2018, p. 59-60)

Reconhecer o trabalho reprodutivo e do cuidado como parte fundamental do funcionamento da economia pode ajudar a perceber mecanismos de disputa sobre o controle de corpos e da capacidade reprodutiva das mulheres, em semelhança aos debates sobre legalização do aborto seguro e educação sexual nas escolas.

A partir do momento que uma mulher diz que não amamentou porque seu leite não é suficiente, ela está dizendo que uma das características do corpo feminino é não funcionar e isso é uma das mazelas que a gente traz de muito tempo. [...] Acreditar no poder do corpo não quer dizer que vai ser fácil, que problemas não vão acontecer. A luta feminista é para ter direito sobre as nossas decisões: “Eu não quero amamentar” deve ser tão válido quanto “quero fazer livre demanda até quando minha cria quiser” e não precisar de justificativa. Porque a nossa vontade sobre os nossos corpos e nossos processos deve ser soberana e ponto. (Veronica Linder, Instagram, 06/05/19)

O paradigma da escassez do leite materno referido acima, social e historicamente construído no contexto de intervenção e racionalização biomédica capitalista, é responsável por difundir a crença do “leite fraco” ou insuficiente:

el control generalizado de la lactancia por parte de expertos masculinos es un fenómeno vinculado tanto a la expropiación de saberes y a la capacidad de decisión de las madres – y de las mujeres que las pueden guiar a partir de su experiencia – como al crecimiento de una industria de alimentos infantiles. (Ausona Bieto, Brigidi e Cardus Font, 2017)

Ainda, as lactivistas denunciam médicos patrocinados pela indústria de leites substitutos e a promoção de informações falsas, bem como violações à Lei NBCAL⁵. A análise de Marton e Echazú (2010) explica o crivo da “cientificidade” como artifício

⁵ Lei 11.265: Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de 1ª Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras, que corresponde a um conjunto de regulamentações sobre a promoção comercial e a rotulagem de alimentos e produtos destinados a recém-nascidos e crianças de até três anos de idade. O objetivo da NBCAL é assegurar o uso apropriado de tais produtos de forma a reduzir sua interferência na prática do aleitamento materno.

patriarcal e paternalista dentro da consulta médica, no contexto de atendimento a mães lactantes, mostrando, inclusive, como muitas vezes o discurso médico pode caracterizar violência institucional ou simbólica.

el halo de cientificidad estratégicamente puesto en juego en la performance-acto ritual de la consulta médica se apoya en la división androcéntrica del mundo, donde el manejo por parte de un profesional médico masculino involucra, a los ojos profesionales, “pericia” mientras que el femenino conlleva “intimidad”, lo que se adscribe a las históricas divisiones paralelas entre femenino/masculino, privado/público, cultura/naturaleza. En el caso de la lactancia materna, el énfasis recae en lo “natural”, lo “que no cuesta nada”, y por lo tanto, no tiene valor y es incompatible con el trabajo; se reafirma así la situación inferiorizada de la mujer en la organización del mundo, fundada en asimetrías de género y complejizada por desigualdades de clase. (Marton e Echazú, 2010, p. 141)

A modo de conclusão: mais notas sobre amamentação e direitos

Não pretendendo dar conta da inteireza do debate de raça e classe enquanto marcadores analíticos, ressalto, a presença de elementos pertinentes de reflexão propostos em campo. As lactivistas, ao enfatizarem a importância de abordar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para amamentar enquanto questões de ordem estrutural, não individual, concernente a direitos básicos, combatem a ideia de que amamentar seria um privilégio ou condicionado por mera escolha. Nesse sentido, chamam atenção para o trabalho reprodutivo e doméstico invisibilizado, ligado ao trabalho do cuidado do qual a amamentação faz parte.

Oportunamente, algumas das lactivistas abordaram a alusão feita por uma *influencer* às amas-de-leite, tecendo uma reflexão crítica sobre a herança escravista e colonial. As amas-de-leite eram mulheres escravizadas ou “mercenárias” alugadas (pelos senhores), muitas vezes puérperas, para amamentar crianças brancas de famílias favorecidas (Telles, 2021; Segato, 2021). Muitas eram privadas de amamentar seus próprios filhos, o que ressoa ainda hoje ao analisarmos mais profundamente a condição de mulheres pobres trabalhadoras domésticas ou babás, as quais também são privadas de cuidar de seus próprios filhos. Ao falarmos sobre trabalho de cuidado invisibilizado e

amamentação, esse é o legado que precisamos enfrentar, onde jaz a raiz da alegação sobre amamentar ser considerado um privilégio.

Se o aspecto natural da amamentação é cultivado no lactivismo enquanto valorização da condição mamífera, deve, no entanto, ser aprofundado para dar conta da dimensão racial, sendo importante notar que, para muitas mulheres racializadas, a sua humanidade é que está em questão e deve ser preconizada. A animalidade atribuída às mulheres negras, sintoma colonial remanescente da escravidão que se atualiza no racismo na atualidade, contribui tanto para a invisibilização do trabalho reprodutivo e do cuidado realizado por tais mulheres – como se fosse dado, inato – quanto para a relativização moral de violências e negligências cometidas contra elas em situações de atendimento na saúde, como a violência obstétrica. Sobre a experiência de mulheres racializadas e violência obstétrica, ver Leal et ali (2017), Tempesta e França (2021) e Carneiro (2017).

Olhar para a realidade e ver que ainda falta muito para mulheres mães amamentarem com dignidade, serem protegidas pelo Estado e exercerem seu direito de nutriz. A cultura do desmame ainda vence. E por vezes não é a culpa da chupeta. Mas da vulnerabilidade em que a mãe está. Porque a cultura do desmame é atravessada pelo racismo, pelo capitalismo, pela misoginia. (Ativista Luise Monteiro, Instagram, 11/02/2021)

A modo de conclusão, entendo o lactivismo como movimento social inserido em um esforço mais amplo de mulheres por questionar e reivindicar ferramentas autônomas para enfrentar as condições de opressão e conflito com as quais se deparam em seus processos de reprodução e criação de filhos. Trata-se de vivências que não se dão de forma irrefletida, e, longe de compor uma univocidade de experiências, representam um profundo adensamento de questões pautadas pelo feminismo, entendido enquanto ideal pretendente de emancipação para as mulheres.

Mothering and nonmothering have been such charged concepts for us, precisely because whichever we did has been turned against us. To accept and integrate and strengthen both the mother and the daughter in ourselves is no easy matter, because patriarchal attitudes have encouraged us to split, to polarize, these images, and to project all unwanted guilt, anger, shame, power, freedom, onto the “other” woman.

But any radical vision of sisterhood demands that we reintegrate them.
(Rich, 1986, p. 253)

Referências bibliográficas

ALZUGUIR, Fernanda Vecchi. NUCCI, Marina. Maternidade mamífera? Concepções sobre natureza e ciência em uma rede social de mães. Dossiê Tecnociência, corpos, gênero e sexualidade. Mediações, Londrina, v. 20, n. 1, p. 217-238, jan./jun., 2015.

ARAUJO, Anna Bárbara. Da ética do cuidado à interseccionalidade: caminhos e desafios para a compreensão do trabalho de cuidado. Dossiê “Gênero, Cuidado e Famílias”. Mediações. Londrina, v. 23 n. 3, p. 43-69, dez. 2018.

AUSONA BIETO, Marta; BRIGIDI, Serena e CARDUS FONT, Laura. “Lactancias, capital y soberanía alimentaria: la falaz escasez de la leche humana”. En MASSÓ GUIJARRO, Ester. Mamar: mythos y lógos sobre lactancia humana. Dilemata. Revista Internacional de Éticas Aplicadas, año 9, nº 5, 135-142, 2017.

BADINTER, Elisabeth. O conflito: a mulher e a mãe. Tradução V. L. dos Reis. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BALLESTRIN, Luciana. “Feminismo de(s)colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano”. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 3, e75304, 2020.

BATTHYÁNY, Karina. et. al. “El aporte de las familias y las mujeres a los cuidados no remunerados en salud en Uruguay”. Estudos Feministas. v. 25, n. 1. 2017, pp. 187-213.

BATTHYÁNY, Karina. Miradas latinoamericanas a los cuidados. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; México DF: Siglo XXI, 2020.

BIROLI, Flavia. Responsabilidades, cuidado e democracia. Revista Brasileira de Ciência Política (18). Sep-Dec, 2015.

BRAGA, Raquel V. C. O trabalho invisível do cuidado e a emancipação das mulheres no cerne da discussão lactivista. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. PPG-ECsA (UnB), 2021.

BRAVO, Maria Dolores Pérez e HÉRNANDEZ, Amparo Moreno. “Maternidades y lactancias desde una perspectiva de género”. En MASSÓ GUIJARRO, Ester. Mamar: mythos y lógos sobre lactancia humana. Dilemata. Revista Internacional de Éticas Aplicadas, año 9, nº 5, 143-155, 2017.

CARNEIRO, Rosamaria. Cenas de parto e políticas do corpo: uma etnografia de práticas femininas de parto humanizado [tese]. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2011.

CARNEIRO, Rosamaria. O Peso do Corpo Negro Feminino no mercado da saúde: mulheres, profissionais e feministas em suas perspectivas. Mediações, v. 21 n. 2, p. 394-424, jul./dez., Londrina, 2017.

CARNEIRO, Rosamaria. Dilemas de uma maternidade consciente. A quantas anda a conversa dos feminismos com tudo isso? In: Cadernos de Gênero e Diversidade (UFBA). Vol. 5, N. 4, out./dez., 2019.

CARNEIRO, Rosamaria. “Em casa é mais seguro!”: o olhar do refúgio, do privilégio e da política pública. In: Medicalização do parto: saberes e práticas. Org. Luiz Antonio Teixeira... [et al]. São Paulo: Hucitec, 2021.

CARNEIRO, Rosamaria e BRAGA, Raquel. Resenha De peito aberto. Diretora: Graziela Mantoanelli. São Paulo, 2019. In: Anuário Antropológico, UnB, v. 45, n. 2, pp. 259-264, maio-agosto, 2020.

CHODOROW, Nancy. The reproduction of mothering. Berkeley: University of California Press, 1978.

DIEGUEZ, Roberta Siqueira Mocaiber. ALZUGUIR, Fernanda de Carvalho Vecchi. NUCCI, Marina Fisher. “Descolonizar o nosso corpo”: ginecologia natural e a produção de conhecimento sobre corpo, sexualidade e processos reprodutivos femininos no Brasil. Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana, N. 37, 2021.

ECHAZÚ, Gretel. “Ecología y Lactancia: Apuntes desde la Antropología”. Universidad Nacional de Salta, 2004. Disponível em:

https://www.academia.edu/17302780/Ecolog%C3%ADa_y_Lactancia_Apunes_desde_la_Antropolog%C3%AD

FAIRCLOTH, Charlotte. Militant lactivism: attachment parenting and intensive motherhood in the UK and France. New York: Berghahn Press, 2013.

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FRASER, Nancy. Contradições entre capital e cuidado. Princípios: Revista de Filosofia. Natal, v. 27, n. 53, maio-agosto, 2020.

GIMENO, Beatriz. La lactancia materna: política e identidad. Madrid: Ediciones Catedra, 2018.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Casa e mercado, amor e trabalho, natureza e profissão: controvérsias sobre o processo de mercantilização do trabalho de cuidado. Cadernos Pagu (46), jan-abr 2016, 59-77.

HARAWAY, Donna. “Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. Cadernos Pagu, (5), 1995.

HAUSMAN, Bernice L. “Women’s liberation and the rhetoric of “choice” in infant feeding”. International Breastfeeding Journal, v. 3, n. 10, 2008. 3p. Disponível em: <http://www.internationalbreastfeedingjournal.com/content/pdf/1746-4358-3-10.pdf>

HERNANDEZ, Alessandra Rivero e VICTORA, Ceres Gomes. “Biopolíticas de aleitamento materno”. Cadernos de Saúde Pública 2018; 34(9):e001155117.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Danièle. “Novas configurações da divisão sexual do trabalho”. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez., 2007.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. La mercantilización de la vida íntima: apuntes de la casa y el trabajo. Madrid: Katz Editores, 2008.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al (org.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 67–75.

LEAL, Maria do Carmo, GAMA, Silvana Granado Nogueira, PEREIRA, Ana Paula Esteves, PACHECO, Vanessa Eufrauzino, CARMO, Cleber Nascimento, SANTOS,

Ricardo Ventura. “A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil”. Cadernos de Saúde Pública 33 Sup. 1:e00078816, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v33s1/1678-4464-csp-33-s1-e00078816.pdf>

LUGONES, María. Colonialidad y género. Tabula Rasa, Bogotá, Colombia, n. 9, p. 73-101, jul./dic. 2008.

MACHADO, Lia Zanotta. Interfaces e deslocamentos: feminismos, direitos, sexualidades e antropologia. Cadernos Pagu, Campinas, n. 42, jun. 2014

MASSÓ GUIJARRO, Ester. “Lactancia materna y revolución, o la teta como insumisión biocultural: calostro, cuerpo y cuidado”. Dilemata, año 5, nº 11, 196-206., 2013.

MASSÓ GUIJARRO, Ester. “Conjeturas (¿y refutaciones?) sobre amamantamiento: Teta decolonial”. DILEMATA, año 7, nº 18, p. 185-223, 2015a.

MASSÓ GUIJARRO, Ester. Una etnografía lactivista: la dignidad lactante a través de deseos y políticas. Revista de Antropología Iberoamericana, vol. 10, nº 2, mayo-agosto, p. 231-257, 2015b.

MASSÓ GUIJARRO, Ester. Lactivismo contemporáneo en España: ¿una nueva marea sociopolítica? Journal of Spanish Cultural Studies, 16:2, 193-213, 2015c.

MARTIN, Emily. A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

MARTON, Bibiana e ECHAZÚ, Gretel. La violencia simbólica en la consulta médica: la naturalización de la díada madre-hijo y la promoción compulsiva de la lactancia materna. Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad, n. 5, pp. 119-143, 2010.

MENDONÇA, Maria Collier. Maternidade e maternagem: os assuntos pendentes do feminismo. Revista Ártemis, vol. XXXI nº 1; jan-jun, 2021, pp. 56-72.

MEYER, Dagmar Estermann. “Educação, saúde e modos de inscrever uma forma de maternidade nos corpos femininos”. Movimento. Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 33-58, set-dez, 2003. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115317979003>

MIES, Maria. Patriarchy and accumulation on a world scale. Women in the international division of labour. New Jersey: Zed Books, 1986.

MIÑOSO, Yuderlys Espinosa. “Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MOLINIER, Pascale. O ódio e o amor, caixa preta do feminismo? Uma crítica da ética do devotamento. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 10, n. 16, p. 227-242, dez. 2004.

NUCCI, Marina. Fazzioni, Natalia. «Amor ou risco? Refletindo sobre sentidos, regulações e orientações a respeito do leite materno a partir de casos de “amamentação cruzada”», Horizontes Antropológicos, 61 | 2021, posto online no dia 6 dezembro 2021, consultado 13 dezembro 2021. URL: <http://journals.openedition.org/horizontes/5827>

ORTNER, Sherry. “Está a mulher para o homem como a natureza para a cultura?”. In: ROSALDO, Michelle. LAMPHERE, Louise (coords.). A mulher, a cultura, a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. What Gender Is Motherhood?: Changing Yorùbá Ideals of Power, Procreation, and Identity in the Age of Modernity. New York: Palgrave MacMillan, 2015.

QUIROGA DIAZ, Natalia. “Economía del cuidado. Reflexiones para um feminismo decolonial”. Ver. Casa de la Mujer ISSN 2215-2725. N°20 (2): 97-116, julio-diciembre 2011.

RICH, Adrienne. Of woman born: motherhood as experience and institution. New York: Norton, 1986.

SALA, Nuria Calafell. “Mujeres-madres lactantes: nuevos cuerpos, nuevos discursos”. Revista de Estudios de Género, La Ventana, n° 46, julio-diciembre de 2017, pp. 143-175.

SANZ VIDAL, Francesca. “Lactivismo como movimiento de resistencia: (re) acciones activistas en contextos urbanos mexicanos”. En: MASSÓ GUIJARRO, Ester: Mamar,

mythos y logos sobre lactancia humana. Dilemata. Revista Internacional de Éticas Aplicadas, nº 25, 239-250, 2017.

SEGATO, Rita Laura. O Édipo Negro: colonialidade e forclusão de gênero e raça. Crítica da colonialidade em oito ensaios. E uma antropologia por demanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SILVA, Fernanda Loureiro. RUSSO, Jane. NUCCI, Marina. Gravidez, parto e puerpério na pandemia: os múltiplos sentidos do risco. Horiz. antropol., Porto Alegre, ano 27, n. 59, p. 245-265, jan./abr. 2021.

SMITH, Paige Hall. “Is it just so my right? women repossessing breastfeeding”. International Breastfeeding Journal, v. 3, n. 12, 2008. Disponível em: <http://www.internationalbreastfeedingjournal.com/content/pdf/1746-4358-3-12.pdf>

STRATHERN, Marilyn. Dislodging a world view: Challenge and counter-challenge in the relationship between feminism and anthropology, Australian Feminist Studies, 1:1, 1-25, 1985. DOI: 10.1080/08164649.1985.10382902.

TELLES, Lorena Ferreira. “Mães e amas de leite nas malhas dos interesses escravistas: mercado urbano de aluguel, abandono e morte de bebês ingênuos no Rio de Janeiro (1871-1888)”. In: “Ventres Livres? Gênero, maternidade e legislação”, org. Maria Helena P. T. Machado [et al.]. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

TEMPESTA, Giovana Acacia. Trabalhando pelos bons vinculamentos: Reflexões antropológicas sobre o ofício das doulas. Anuário Antropológico. 1/2018.

TEMPESTA, Giovana Acacia. FRANÇA, Ruhana Luciano, «Nomeando o inominável. A problematização da violência obstétrica e o delineamento de uma pedagogia reprodutiva contra-hegemônica», Horizontes Antropológicos , 61 | 2021, posto online no dia 6 dezembro 2021, consultado 13 dezembro 2021. URL: <http://journals.openedition.org/horizontes/5802>

YOUNG, Iris Marion. “House and Home: Feminist Variations on a Theme”. In: HARDY, Sarah. WIEDMER, Caroline. (Orgs.) Motherhood and space. Configurations of the maternal through politics, home and the body. New York: Palgrave Macmillan, 2005.